

CEB GERAÇÃO S.A.

Continuação

COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

A Companhia possui atualmente 01 empreendimento em operação, com uma capacidade instalada própria de 30 MW, a Pequena Central Hidrelétrica do Paranoá – PCH Paranoá.

A PCH Paranoá é do Tipo III, cuja programação e despacho é não centralizado, sendo portanto de responsabilidade da CEB Geração S/A. A produção de energia elétrica, em 2019, foi equivalente a 10,1 MW médio apresentando uma melhora de 3% em relação ao ano de 2018. Contribuíram para a melhoria da produção de energia elétrica a disponibilidade operativa e a uma pequena melhora da afluência.

Contexto Econômico do Setor Elétrico

Projeções da economia para o ano de 2019 indicavam um crescimento de 2,5% do PIB, porém, a taxa ficou em 0,9%. A inflação ficou próximo do esperado (meta), em 4,31%. O consumo de energia elétrica no país aumentou 1,4% no ano passado, totalizando 482.000 gigawatts/hora (GWh). Os dados fazem parte da Resenha Mensal – Consumo de Energia Elétrica, de dezembro, divulgada pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

O consumo Residencial cresceu 3,1% no ano, com destaque para o Centro-Oeste (7%). Já o consumo nas residências brasileiras, em 2019, foi 162 kWh/mês (+1,7%). O Consumo Comercial aumentou 4,0% no ano, sendo que o Nordeste (+6,8%), o Norte e Centro-Oeste (ambos +4,7%) registraram as maiores taxas enquanto que o consumo Industrial caiu 1,6% no ano (sexta queda mensal consecutiva em dezembro) em função, sobretudo, dos ramos extrativo de minerais metálicos (-11,0%), químico (-7,4%) e metalúrgico (-1,5%).

Consumo por Classe

Em 2019, o consumo residencial cresceu 3,1%. O montante de 141.930 MWh totalizado no ano, por um lado, contou com a expansão de 1,4% da base de consumidores, o que significou o ingresso de 1,2 milhões de novas unidades – o menor acréscimo desde o início da coleta de dados pela Empresa de Pesquisa Energética – EPE, em 2004. De outro lado, houve o avanço do consumo médio mensal por residência, que subiu 1,7%, em 2019, chegando a 162 kWh/mês.

A melhora que se observou ao longo do ano no mercado de trabalho, com crescimento da massa de rendimentos, puxada pelo aumento do nível de ocupação, inclusive com abertura de novas vagas no segmento formal, contribuiu para que as famílias retomassem o consumo. No entanto, o aumento do nível de endividamento das famílias acompanhado da estagnação do rendimento médio do trabalho configurou uma situação de cautela ao consumidor. Esse quadro pode ser ilustrado pelo desempenho das vendas de eletrodomésticos, uma vez que o volume vendido no ano somente superou o de 2018 a partir de outubro, possivelmente favorecidas pela possibilidade de saque de até R\$ 500 por conta do FGTS, cujo calendário se iniciou em setembro.

Entre as regiões, assim como observado nos três últimos anos, o melhor desempenho coube ao Centro-Oeste, onde o consumo cresceu 7%. Com notável contribuição do Mato Grosso (+11,4%), estado em que o dinamismo do mercado de trabalho se sobressaiu na região, alcançando os melhores resultados quanto ao avanço do nível de ocupação da população e à abertura de postos formais de trabalho, +3,7% em 2019 (PnadC/IBGE e Caged/Sec. Trabalho).

No Nordeste, Sergipe (+9,1%) foi o estado com maior crescimento no consumo residencial; já entre os mercados de maior participação na região, o destaque ficou com o Ceará (+7,4%), para cujo resultado cabe salientar o expressivo aumento das vendas de eletrodomésticos no ano, 46% em volume, até novembro (PMC/IBGE). Os resultados do Sul (+3,5%) e do Sudeste (+2,1%) foram conseguidos em sua maior parte com o aumento do consumo ocorrido no 1º trimestre, bastante influenciado pela ocorrência de elevadas temperaturas no período. Na região Norte (+1%), o crescimento no ano praticamente recuperou a retração do ano

anterior, retornando o consumo ao patamar de 2017.

Em 2019 houve crescimento de 4,0% no consumo de eletricidade na classe Comercial em relação a 2018. Todas as regiões apresentaram elevação das taxas de consumo. Sendo que os maiores destaques foram as regiões Nordeste (+6,8%), Norte e Centro-Oeste (ambos com +4,7%). O consumo sofreu influência do aumento da variação acumulada do volume de vendas no comércio varejista de 1,7% (PMC/IBGE) e no volume de serviços de 0,9% (PMS/IBGE) até novembro de 2019.

O primeiro e o último trimestre do ano foram os períodos de maior alta no consumo. A predominância de temperaturas mais elevadas nas regiões brasileiras em relação ao ano anterior, foi o fator que mais contribuíram para a ascensão do consumo no período.

Houve expansão da demanda de energia elétrica no setor de Comércio e Serviços em 26 das 27 unidades da federação. O estado de maior progresso no consumo de eletricidade do país em 2019 foi o Ceará (+26,9%), influenciado pelo aumento na venda de eletrodomésticos. Somente o Rio Grande do Sul teve redução (-0,8%). O consumo nacional de energia elétrica das Indústrias fechou o ano em 170 TWh, com um declínio de 1,6% sobre 2018. Já o 4º trimestre do ano exibiu retração de 1,8% em relação ao mesmo período do ano anterior, quarta queda trimestral consecutiva.

O ramo químico (-7,4%) foi o principal responsável pelo recuo do consumo do Nordeste (-2,0%) em 2019, se sobressaindo as restrições operacionais das plantas de soda-cloro e de diclorometano em Alagoas (-53,8%), a produção de fertilizantes em Sergipe (-86,7%) e a fabricação de produtos químicos orgânicos, inorgânicos, petroquímicos básicos e soda-cloro na Bahia (-5,3%).

Os setores metalúrgico (-1,5%) e extrativo de minerais metálicos (-11,0%) impactaram a demanda de eletricidade no Sudeste (-3,2%) e no Norte (+1,3%) em 2019. No segmento extrativo, enquanto o desastre ambiental de Brumadinho/MG em janeiro influenciou o consumo durante o ano da extração de minério de ferro e da pelotização em Minas Gerais (-17,0%) e da pelotização no Espírito Santo (-12,6%), as ferroligas e as atividades de extração e beneficiamento de minerais metálicos não-ferrosos recuaram no Pará (-10,6%).

Por sua vez, a metalurgia dos metais não-ferrosos puxou o desempenho da metalurgia do Pará (+9,0%), onde planta eletrointensiva de alumínio primário retomou o seu nível de produção anterior às restrições ambientais impostas em 2018. Em outro sentido, a siderurgia e a metalurgia dos metais não-ferrosos em São Paulo (-12,3%) e a siderurgia no Rio de Janeiro (-6,2%) foram os principais responsáveis pela retração da metalurgia no Sudeste (-5,3%). As taxas do acumulado de 12 meses da produção industrial (IBGE) atingiram resultados negativos para os setores extrativo (-8,2%), químico (-1,3%) e metalúrgico (-2,3%) em novembro.

Contexto Operacional

Mantido em 2019 o cenário hidrológico desfavorável dos últimos anos e persistindo uma hidrologia com registros abaixo da média histórica, observou-se o impacto direto nas usinas de todo o grupo CEB ao ficarem expostas a um Ajuste do MRE ou Generation Scaling Factor-GSF de 81%.

Mesmo com o desafio do cenário hidrológico de 2019, a CEB Geração S/A conseguiu mitigar parte desse impacto no resultado por meio das estratégias sazonalização uniforme dos contratos e compra e venda de energia.

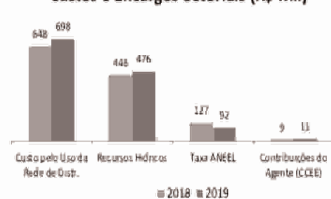
A CEB Geração S/A, visando proteger seu portfólio de energia desse baixo percentual, ampliou seu hedging de energia realizando um leilão, observando uma janela de oportunidade com a contratação de energia abaixo do Preço de Liquidação das Diferenças - PLD, no período crítico de julho a setembro de 2019. A Companhia seguiu gerindo seu hedge continuamente, de forma a acompanhar as oscilações de mercado e se proteger dos impactos do GSF (Generation Scaling

Factor) e do PLD (Preço de Liquidação das Diferenças), que causam aos agentes de geração de energia exposição financeira no Mercado de Curto Prazo, tendo reduzido substancialmente, em 2019, os impactos econômicos neste segmento.

Adicionalmente, a estratégia de sazonalização adotada para 2019 permitiu leilões de venda de energia em fevereiro e agosto de 2019 que possibilitaram um crescimento da receita de venda de energia em de aproximadamente 12,0% em relação ao ano anterior. Em fevereiro, o leilão de venda agregou receita adicional de R\$ 656,0 mil e de agosto, receita adicional de R\$ 1,2 milhões diretamente ao caixa da empresa. Em outubro, outra operação de venda de energia agregou mais 8,3% em relação à receita do mesmo período do ano anterior.

Assim, de forma inovadora e com responsabilidade, a CEB Geração S/A vem atuando no mercado de energia realizando ações distintas como aquisição de energia, venda de energia no curto prazo, repactuação do risco hidrológico, entre outras, em atendimento à diretriz de gestão do seu hedge de energia, visando mitigar os efeitos da exposição financeira no Mercado de Curto Prazo.

Custos e Encargos Setoriais (R\$ Mil)



PESQUISA E DESENVOLVIMENTO - P&D

Estudo realizado no Aterro sanitário de Brasília, conhecido como Lixão da Estrutural, levou ao registro na ANEEL e execução do projeto de P&D intitulado Híbridaização de Fontes de Geração de Energia Elétrica com Alternativa Tecnológica de Remediação Ambiental de Áreas Degradadas por Resíduos Sólidos Urbanos.

INVESTIMENTOS

Em 2019 foram feitos alguns importantes investimentos:

- Implantação do Plano de Segurança da Barragem;
- Aquisição de Painel de controle – Regulador de Velocidade;
- Aquisição de 3 Estações de Dados Hidrometeorológico;
- Aquisição de 4 Desktops Elitedesk HP 800;
- Aquisição de 3 Switches;
- Modernização da Viga Pescadora Stop Log;
- Aquisição de 1 Gerador a Gasolina;
- Iniciado a implantação do Sistema de Notificação em Massa.

AGRADECIMENTOS

À Companhia Energética de Brasília – CEB, aos clientes e aos fornecedores, nosso reconhecimento pela parceria respeitosa e dinâmica construída, que contribuiu para o alcance dos resultados apurados. Em especial, a empresa agradece aos seus colaboradores, pelo empenho e dedicação determinantes para o atingimento dos objetivos da empresa.

A ADMINISTRAÇÃO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2019 - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Em milhares de reais)

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Nota		PASSIVO	Nota	
	31/12/19	31/12/18		31/12/19	31/12/18
Ativo Circulante	23.645	82.576	Passivo Circulante	7.081	38.683
Caixas e Equivalentes de Caixa	4	20.022	Fornecedores	13	1.507
Caixa		1	Obrigações Sociais e Trabalhistas	14	129
Equivalentes de Caixa		20.021	Benefício pós-emprego	15	0
Concessionários e Permissonários	5	2.606	Tributos	16	396
Energia de Curto Prazo	6	215	Provisão para Litígios	17	1.200
Serviços em curso	7	380	Dívidendas a pagar	22	2.324
Despesas pagas antecipadamente	8	422	Encargos Setoriais	18	1.261
Outros Ativos Circulantes	9	0	Provisão para Uso do Bem Público	19	149
			Partes Relacionadas	20	115
			Passivo Não Circulante	146	149
			Tributos Diferidos	21	146
			Provisão para Uso do Bem Público	19	0
Ativo Não Circulante	9.139	8.136	Patrimônio Líquido	25.557	51.880
Despesas Pagas Antecipadamente	8	0	Capital Social	22	7.575
Bens e Atividades não Vinculadas à concessão	10	0	Capital Subscrito		7.575
Imobilizado	11	8.972	Reservas de Lucros		2.298
Intangível	12	167	Reserva Legal		1.515
			Reserva de Retenção de Lucros		783
			Dividendo Adicional Proposto	22	6.971
			Reserva de Investimento	22	8.713
Total do ativo	32.784	90.712	Total do passivo	32.784	90.712

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	2019	2018
Geração de Riqueza		
Receita Operacional (Receita bruta de vendas de energia e serviços)	26.118	19.596
CCEAL	17.667	17.901
Energia de Curto Prazo	4.694	1.695
Energia Vendida - Leilão	3.757	-
(-) Insumos (insumos adquiridos de terceiros: compra de energia, material, serviços de terceiros, etc.)	(12.077)	(10.109)
= Valor Adicionado Bruto	14.041	9.487
(-) Quotas de Reintegração (depreciação, amortização)	(766)	(708)
= Valor Adicionado Líquido	13.275	8.779
+ Valor Adicionado Transferido (receitas financeiras, ganho na Alienação de Bens)	2.133	77.528
= Valor Adicionado a Distribuir	15.408	86.307
Distribuição da Riqueza – Por Partes Interessadas		
Empregados (Empregados e Administradores)	2.260	1.754
Governo (Impostos, Taxas e Contribuições)	30	50
Financiadores (Despesa financeira, empr. e financ.)	718	255
Acionistas (Lucro Líquido)	9.295	56.009
= Valor Adicionado Distribuído (Total)	12.303	58.068
Distribuição da Riqueza – Governo e Encargos Setoriais		
Tributos/Taxas/Contribuições	2.526	27.654
PIS/PASEP	170	127
COFINS	784	588
IRPJ Corrente	974	19.750
CSLL Corrente	453	7.189
IRPJ Diferido	107	-
CSLL Diferida	38	-
= Encargos Setoriais	579	585
Contribuições de Agentes - CCEE	11	10
CFURH	476	448
TFSEE	92	127
= Valor Distribuído (Total)	15.408	86.307

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Continua

CEB GERAÇÃO S.A.

Continuação

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital Social		Reservas de Lucros		Reserva de Investimento	Lucros (Prejuízo) - Acumulados	Dividendo a disposição da AGO	Total
	Capital Subscrito	Reserva Legal	Reserva	Retenção de Lucros				
2017	7.575	1.515	783	-	-	-	1.571	11.444
Pagamento de Dividendos	-	-	-	-	-	-	(1.571)	(1.571)
Lucro do Exercício	-	-	-	-	-	56.009	-	56.009
Reserva Legal	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos a distribuir	-	-	-	-	-	(56.009)	42.007	(14.002)
2018	7.575	1.515	783	-	-	-	42.007	51.880
Pagamento de Dividendos	-	-	-	-	-	-	(33.294)	(33.294)
Lucro do Exercício	-	-	-	-	-	8.713	9.295	(8.713) 9.295
Reserva Legal	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos a distribuir	-	-	-	-	-	(9.295)	6.971	(2.324)
2019	7.575	1.515	783	8.713	0	6.971	25.557	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	31/12/19	31/12/18
Lucro líquido do exercício	9.295	56.009
Outros resultados abrangentes	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	9.295	56.009

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Nota	2019	2018
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	23.1	24.597	18.306
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA	23.2	(5.497)	(5.609)
Custo de Energia Comprado		(698)	(648)
Custo de Uso da Rede Elétrica		(111)	(9)
Contribuições de Agente		(6.206)	(6.266)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		18.391	12.040
DESPESAS OPERACIONAIS	23.3		
Material		(44)	(43)
Serviços de Terceiros		(4.350)	(3.424)
Provisão para Litígios		(1.200)	-
Tributos		(30)	(50)
Depreciação		(335)	(293)
Amortização		(431)	(415)
Seguro		(13)	(13)
Pessoal		(1.183)	(1.195)
Administradores		(1.077)	(559)
(-) Recuperação de Despesas		176	90
Gastos Diversos		(32)	(441)
		(8.519)	(6.343)
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS			
Ganho na Alienação de Bens		0	76.082
		0	76.082
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS			
Perdas na Alienação e Desativação de Bens		(420)	(22)
		(420)	(22)
RESULTADO DO SERVIÇO		9.452	81.757
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS	23.4		
Receitas Financeiras		2.133	1.446
Despesas Financeiras		(718)	(255)
RESULTADO FINANCEIRO		1.415	1.191
RESULTADO DO SERVIÇO, ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DO IMPOSTO DE RENDA	23.5		
		10.867	82.948
Contribuição Social Corrente		(453)	(7.189)
Imposto de Renda Corrente		(974)	(19.750)
Contribuição Social Diferido		(38)	0
Imposto de Renda Diferido		(107)	0
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		9.295	56.009
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO		1,23	7,39

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	2019	2018
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Entradas:		
Recebimento da Venda de Energia Elétrica	21.388	18.140
Recebimento de Juros sobre Aplicação Financeira	1.009	570
Recebimentos do Terreno e outros	15.614	31.395
Total de Entradas	38.011	50.105
Saídas:		
Operações com Energia Elétrica	(694)	(642)
Fornecedores de Materiais e Serviços	(3.357)	(2.877)
Compra de Energia de Curto Prazo	(929)	(3.399)
Salários, Remuneração e Encargos	(3.192)	(1.963)
Recursos Hídricos	(511)	(418)
Doações, Contribuições e Subvenções	(11)	(9)
Pagamento de Impostos	(28.988)	(1.843)
Encargos setoriais	(684)	(482)
Outros	(54)	(3.391)
Total de Saídas	(38.420)	(15.004)
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	(409)	35.101
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Entradas/Saídas:		
Aquisição de Imobilizado/ Imobilizado em curso	(1.367)	(1.635)
Juros e correção sobre ganho na alienação	454	-
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento	(913)	(1.635)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Saídas:		
Distribuição de Juros s/ Capital Próprio e Dividendos	(10.002)	(5.771)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Financiamento	(10.002)	(5.771)
Variação Líquida de Caixas e Equivalentes	(11.324)	27.895
SALDO DE CAIXA NO FINAL DO PERÍODO	20.022	31.346
SALDO DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	31.346	3.451
REDUÇÃO DO SALDO LÍQUIDO DE CAIXA	(11.324)	27.895

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A CEB GERAÇÃO S/A ("Companhia"), cuja criação foi autorizada pela Lei Distrital nº 2.648, de 26/12/2000, é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Energética de Brasília - CEB, regida pela Lei 6.404/76.

Em 12 de janeiro de 2006 foi formalizada a desverticalização da CEB e, sob as disposições da Resolução Autorizativa ANEEL n.º 318, de 14.09.2005, foi dada autonomia e independência à CEB GERAÇÃO. A Companhia tem por objeto a geração e a comercialização de energia.

Em 16 de novembro de 2016, a ANEEL alterou o regime de exploração da Usina do Paranoá de serviço público para produção independente de energia, e a enquadrou como Pequena Central Hidrelétrica - PCH. O Contrato de Concessão 001/2016 de "Uso de Bem Público" para geração de energia elétrica estabelece o pagamento anual do uso do bem público.

Essa alteração ainda resultou em desconto de 50% na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD e em isenção dos encargos de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Reserva de Reversão Global - RGR.

2 - PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 Práticas Contábeis Gerais: Instrumentos Financeiros: Os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados em passivos financeiros não mensurados a valor justo e ativos financeiros classificados como destinados à negociação, e são ajustados ao seu valor de mercado em contrapartida ao resultado. Os ativos financeiros classificados como mantidos até o vencimento ou recebíveis são contabilizados ao custo amortizado acrescido dos rendimentos ou ajustado ao valor provável de realização, quando este for menor. Os passivos financeiros não mensurados a valor justo são avaliados ao custo amortizado, acrescido dos encargos financeiros calculados pro-rata temporis. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: Caixa e Equivalentes de Caixa, Concessionárias e Permissórias e Outros Ativos Circulantes.

O principal passivo financeiro reconhecido pela Companhia é "fornecedores", Caixa e Equivalentes de Caixa: As contas Caixa e Equivalentes de Caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista, e as aplicações com liquidez imediata. São classificadas como ativos financeiros disponíveis para negociação, e estão registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras intermediárias, apurados pelo critério pró-rata, que equivalem aos seus valores de mercado. ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão: Esta interpretação define a forma de contabilização dos ativos de concessões quando atendidas determinadas condições. O entendimento da Companhia é de que esta interpretação não se aplica nesta concessão. Concessionárias e Permissórias: Incluem a geração da energia elétrica futura, acréscimos moratórios, juros oriundos de atraso no pagamento e renegociação de dívidas, quando aplicável. Imobilizado: Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear. Intangível: Os ativos intangíveis da Companhia compreendem ativos adquiridos de terceiros, e são mensurados pelo custo total de aquisição, deduzidos da amortização acumulada. Os ativos intangíveis com vida útil definida

são amortizados linearmente pela taxa de 20% a.a. Redução ao Valor Recuperável de Ativos: A empresa avaliou o poder de recuperabilidade da Pequena Central Hidrelétrica - PCH - Paranoá, ativo de titularidade da CEB Geração conforme estabelecido no CPC -01, elaborado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Para estimar o valor em uso do ativo foi utilizada a metodologia do Fluxo de Caixa Descontado. Tal metodologia consiste na estimativa dos fluxos de caixa esperados, que são então, descontados a uma dada taxa que reflete o custo de capital do empreendedor. Nos resultados obtidos, é possível destacar que a PCH - Paranoá gera fluxo de caixa suficiente para remunerar a adequadamente, considerando as taxas mínimas de atratividade estabelecidas. Portanto, podemos concluir que o valor alocado na conta de ativos imobilizado para a PCH reflete o seu valor justo, e os ativos não estão registrados contabilmente por um valor superior aquele passível de ser recuperado. Passivo Circulante e Não Circulante: São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço. Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação real ou legal constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Plano Previdenciário e Outros Benefícios aos Empregados: Os custos associados ao plano de complementação de aposentadoria e pensão, junto à Fundação CEB de Seguridade Social - FACEB, são reconhecidos à medida que as contribuições são incorridas. Os passivos atuariais e os custos e despesas deles decorrentes são registrados em conformidade com a Deliberação CVM n 371/2000. Apuração do Resultado: O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. As receitas de todos os serviços prestados são reconhecidas quando auferidas. O faturamento dos contratos de e a apuração da contabilização e liquidação dos valores transacionados no mercado de curto prazo é realizada pela CCEE. Estimativas Contábeis: A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração se baseie em estimativas e em seu julgamento, para que o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações nas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas e julgamento da Administração. A Companhia revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de provisão para contingências. Receitas e despesas: Incluem os juros, variações monetárias incidentes sobre os direitos e obrigações sujeitos à atualização monetária até a data das demonstrações financeiras. O efeito líquido dessas atualizações está refletido no resultado do período. Lucro por ação: É determinado considerando-se a quantidade de ações em circulação na data das demonstrações financeiras. Demonstração do Valor Adicionado (DVA): Essa demonstração tem por finalidade evidenciar as distribuições e riquezas criadas pela empresa durante determinado período, e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais.

2.2 Práticas Contábeis Regulatórias: Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD: A Companhia entende não haver necessidade de

constituição de provisão para perdas estimadas e créditos de liquidação duvidosa, considerando não haver risco de perdas com estes créditos. Imobilizado: i. Ativo Imobilizado em Serviço - AIs - Bens e Instalações em função do serviço concedido

Os bens e direitos em função do serviço concedido são cadastrados e controlados pela concessionária e permissionária em sistemas auxiliares e em registros suplementares, por meio de Unidade de Cadastro - UC, e Unidade de Adição e Retirada - UAR, por Ordem de Imobilização - ODI, conta contábil, data de sua transferência (capitalização) para o Imobilizado em Serviço.

• Depreciação
A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina a Resolução Normativa nº 674, de 11 de agosto de 2015, que estabelece as taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço das concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor elétrico, conforme tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE (Vide nota explicativa nº 11). Referidas taxas foram avaliadas pela Companhia, tendo concluído que as mesmas refletem a vida útil do seu ativo imobilizado.
ii. Ativo Imobilizado em Curso - AIC
Bens e instalações em formação ou construção.

• Encargos Financeiros
Em função do disposto na Instrução Contábil nº 6.3.6 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pela Resolução ANEEL nº 605, de 11 de março de 2014, e na Deliberação CVM nº 672, de 20 de outubro de 2011, os juros, variações monetárias e encargos financeiros relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão apropriados às ordens em curso como custo. Operações de Compra e Venda de Energia Elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. A contabilização das operações de compra e venda de energia elétrica no Mercado de Curto Prazo é de competência da CCEE, e está reconhecida pelo regime de competência, de acordo com informações fornecidas por aquela entidade e/ou por estimativa da área de comercialização da CEB Holding, quando essas informações não estão disponíveis. **2.3 Bases de preparação das Demonstrações Financeiras:** As Demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda usual da Companhia, com valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado. As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em aderência nas normas emitidas pelo "International Financial Reporting Standards" - IFRS. No caso específico destas informações foi adotado o IAS - "International Accounting Standards" nº 34, que reflete o pronunciamento técnico emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC nº 26 (R1) que trata da apresentação das demonstrações. A Companhia elaborou a Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC pelo método direto nos termos da CPC 03 (R2). Adicionalmente, a Companhia apresenta a conciliação entre o lucro líquido do período para o líquido das atividades operacionais, nota nº 25. A Companhia elaborou a Demonstração do Valor Adicionado - DVA nos termos da CPC 09, como parte integrante das demonstrações financeiras. A CEB Geração avaliou os eventos subsequentes até 07 de fevereiro de 2020, que é a data de autorização para a emissão das demonstrações financeiras pela Diretoria colegiada da Companhia.

Continua

CEB GERAÇÃO S.A.

Continuação

3 - DAS CONCESSÕES

O empreendimento do Paranoá foi enquadrado como PCH, permitindo que a ele fossem conferidos os benefícios previstos na legislação pertinente para esse tipo de central geradora. Foi assinado em dezembro de 2016 o novo Contrato de Concessão nº 001/2016-Aneel, na qual a CEB Geração passou a atuar como Produtora Independente de Energia. Considerando o final da concessão em abril de 2020, a Companhia solicitou no final de 2018, a prorrogação da referida Concessão, bem como realizou no 1º, 3º e 4º trimestre de 2019, reuniões com a ANEEL, realiza acompanhamento semanal do andamento do processo administrativo na ANEEL e no 2º trimestre de 2019, contratou escritório de advocacia para acompanhamento e defesa da renovação da Concessão da Pequena Central Hidrelétrica do Paranoá - PCH Paranoá (Contrato nº 001/2016 - ANEEL) na Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e Ministério de Minas e Energia - MME. Colocou no Plano de Negócio 2020-2024 a previsão de participação na possível licitação da PCH Paranoá, bem como a previsão de contratação de consultoria para analisar as projeções de preço de venda de energia, viabilidade do negócio e participação no leilão.

Usinas	Potência instalada	Localização	Operação
PCH - Paranoá	30 MW	Rio Paranoá - DF	Ativa
Usina Termelétrica de Brasília - UTE	10 MW	SIA - Trecho 4, Lote A - Brasília - DF	Inativa

A Usina Termelétrica Brasília deu-se o término contratual da concessão, no dia 07/07/2015. A Portaria nº 211, de 30 de maio de 2018, do Ministério de Minas e Energia, declarou extinta a concessão pelo advento do termo contratual, e dispensou a reversão dos bens vinculados à concessão, com a livre disponibilização destes para a CEB Geração S.A.

4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía instrumentos financeiros representados por aplicações em Certificado de Depósito Bancário - CDB de curto prazo. O valor desses instrumentos, reconhecidos nestas Demonstrações financeiras se aproxima ao de valor de mercado, mediante comparação de taxas de juros contratuais com as taxas de juros prevalentes no mercado em operações similares na data e estão compostas como se segue:

	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e Banco	1	2
Aplicações Financeiras		
HRB - CDB	17.836	30.290
Bradesco - CDB	2.185	1.054
Equivalentes de Caixa	20.021	31.344
TOTAL	20.022	31.346

5 - CONCESSIONÁRIOS E PERMISSONÁRIOS

O saldo das contas a receber de Concessionários e permissonários em 31 de dezembro de 2019 é decorrente da energia vendida no último mês

	31/12/2019	31/12/2018
Concessionárias e Permissonárias	2.606	1.520

6 - ENERGIA DE CURTO PRAZO

O saldo da conta no valor de R\$ 215 em dezembro de 2019 e (2018 - R\$ 0) refere-se a crédito de energia de curto prazo, conforme sumário emitido pela Câmara de Comercialização de Energia - CCEE.

7 - SERVIÇOS EM CURSO

	31/12/2019	31/12/2018
Serviços em curso	380	33

Refere-se à aplicação no Projeto de Gestão do Programa de P&D, pois apesar de não mais obrigada a reconhecer a obrigação mensalmente, há obrigatoriedade de aplicação do saldo existente.

8 - DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

A partir de 2016 passou a vigorar a Repactuação do risco hidrológico, estabelecida através da Lei nº 13.203/2015, regulamentada pela Resolução Aneel nº 684/2015, onde a Companhia transferiu parte do risco relativo ao déficit hídrico para os consumidores, mediante pagamento de um prêmio de risco. A Companhia aderiu o produto SP-100 e o valor total do prêmio, até o término da concessão, é de R\$ 3.803.

O valor de R\$ 422 em 31 de dezembro de 2019 no Ativo Circulante (R\$ 1.268 - 31/12/2018, R\$ 845 no Ativo circulante e R\$ 423 no Ativo não circulante) é decorrente do crédito instituído pela Resolução ANEEL nº 684/15, para fazer frente às perdas do ano de 2015, e que será utilizado para compensação do prêmio de seguro a pagar da Repactuação do Risco Hidrológico até 29 de abril de 2020, data final da concessão. O saldo foi apurado de acordo com o Anexo II da Referida resolução ANEEL e está sendo amortizado linearmente no resultado.

9 - OUTROS ATIVOS CIRCULANTES

Em 28 de setembro de 2018, foi homologada a licitação de alienação do terreno do Trecho 6 do SIA - Setor de Indústria e Abastecimento, pelo valor de (R\$76.100 mil), valor superior a maior avaliação feita para o imóvel, agregando valor à empresa. Considerando o valor contábil, as ações sobre o lote e a venda, a operação resultou em um ganho de capital de (R\$76.082 mil). O preço final na licitação foi ajustado mediante as seguintes condições: 30% (trinta por cento) de entrada, correspondente ao valor de (R\$22.830 mil) e o restante em 24 parcelas mensais acrescida de IGPM mais 0,5% de correção.

Em 23 de outubro de 2018, foi assinado o contrato de compra e venda, o sucesso na venda foi obtido devido ao trabalho realizado com a mudança de destinação do lote, bem como as ações no Ministério de Minas e Energia - MME e Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, no sentido de propiciar livre disponibilização de bens para a CEB Geração.

Em 14 de junho de 2019, foi assinado um contrato de cessão de crédito sub-rogado a Companhia Energética de Brasília - CEB, o direito creditório de 15 (quinze) parcelas do contrato de compra e venda do terreno, no valor de (R\$ 33.294 mil), transferidos a título de pagamento e baixa da obrigação de dividendos referente ao exercício de 2018.

	31/12/2019	31/12/2018
Alienação do Terreno	0	48.832
TOTAL	0	48.832

10 - BENS E ATIVIDADES NÃO VINCULADAS À CONCESSÃO

Em novembro de 2017 os bens da Usina Térmica de Brasília - UTE, foram reclassificados como Bens não vinculados à concessão conforme autorizações da ANEEL e do MME, utilizando-se da Resolução Normativa nº691/2015. Esses bens estão registrados ao custo de aquisição e deduzidos da depreciação calculada até a outubro 2011 devido a suspensão de operação comercial da usina conforme Despacho nº 4.204 de 25/10/2011 - ANEEL.

Em 22 de março de 2019, conforme processo nº 311-000005/2018, foi realizado leilão público de bens móveis, sucatas, materiais e equipamentos inservíveis da UTE, a venda foi feita à vista, pelo maior lance oferecido, no valor de (R\$ 82 mil), ocorrendo assim em abril de 2019 a baixa desses bens.

Descrição	Taxa	Bens não vinculados à concessão em 31/12/2018	Baixa	Bens não vinculados à concessão em 31/12/2019
Terrenos	-	-	-	-
Edificações, Obras Cívicas e Beneficórias	2% a 4%	11	(11)	-
Maquinas e Equipamentos	2,5% a 16,67%	457	(457)	-
Sistema De Transmissão De Conexão				
Maquinas e Equipamentos	2,86% a 4%	34	(34)	-
Total		502	(502)	-

11 - IMOBILIZADO

Os bens estão registrados ao custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, revisado pela Resolução Normativa ANEEL nº. 674, de 11 de agosto de 2015.

Movimentação do Imobilizado

Descrição	Taxa	Imobilizado Líquido em 31/12/2018	Adições	Transferências	Depreciação	Imobilizado Líquido em 31/12/2019
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2%	1.242	-	981	(59)	2.164
Edificações, Obras Cívicas e Beneficórias	2% a 4%	3.198	3	-	(143)	3.058
Maquinas e Equipamentos	2,5% a 16,67%	1.474	32	423	(102)	1.827
Móveis e Utensílios	6,25%	68	-	-	(9)	59
Sistema De Transmissão De Conexão						
Maquinas e Equipamentos	2,86% a 4%	255	-	-	(21)	234
Imobilizado Em Curso						
Maquinas e Equipamentos	-	-	1.972	(423)	-	1.549
Reservatórios, Barragens e Adutoras		376	686	(981)	-	81
Total do Imobilizado		6.613	2.693	0	(334)	8.972

O total do imobilizado, R\$ 8.972 mil (líquido da depreciação acumulada) são decorrentes, em sua maioria, da transferência de ativos da CEB no processo de desverticalização ocorrido em 12 de janeiro de 2006. Dentre as adições ocorridas até dezembro de 2019, ocorreram investimentos na barragem, vertedouro, edificação e canal de fuga com a implementação do projeto de segurança da barragem, ocorreram também aquisições como estações de dados, painel de controle do regulador, válvulas, viga pescadora e outros. O valor do saldo do Imobilizado em Curso - R\$ 1.630 mil, até o mês de dezembro de 2019, refere-se à implantação do sistema de notificação em massa e projeto de integridade e estabilidade da barragem da PCH Paranoá.

12 - INTANGÍVEL

Movimentação do Intangível

Descrição	Taxa Amortização	Intangível Líquido em 31/12/2018	Amortização	Intangível Líquido em 31/12/2019
Softwares	20%	89	(47)	42
Uso do Bem Público	(A)	509	(384)	125
		598	(431)	167

(A) o valor de UBP, será amortizado durante todo o período da concessão.

13 - FORNECEDORES

	31/12/2019	31/12/2018
Fornecedores	1.507	267

Referem-se substancialmente, a valores devidos de fornecedores de matérias e serviços.

14 - OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	31/12/2019	31/12/2018
Encargos	129	59

Representam os valores provisionados de salários, tributos e encargos sociais sobre folha de pagamento.

15 - BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

	31/12/2019	31/12/2018
Benefício Pós-emprego	0	6

Trata-se do valor da contribuição da parcela do empregador à entidade de previdência privada em benefício dos seus empregados e diretores.

16 - TRIBUTOS

	31/12/2019	31/12/2018
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	116	19.363
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	65	6.996
PIS	12	10
COFINS	58	46
INSS Pessoa Jurídica	84	19
IR/CSRF	26	38
ISS	35	7
TOTAL	396	26.479

Os Tributos estão compostos pelos valores devidos do IRPJ e da CSLL relativos ao 4º trimestre, pelas contribuições sociais para o PIS, COFINS e os impostos e contribuições retidos dos fornecedores de serviços.

17 - PROVISÃO PARA LITÍGIOS

17.1 - Processo 41236-92/2013.4.01.3400 - CEB (311.000.003/2015 17ª VF 31.03.2013 - União - Fazenda Nacional - Trata-se de ação ordinária ajuizada contra a União com pedido de antecipação de tutela objetivando a suspensão dos efeitos dos

Continua

CEB GERAÇÃO S.A.

Continuação

arts. 2º e 3º da Resolução nº 3/2013 do Conselho Nacional de Políticas Energéticas – CNPE que trouxe grave impacto nas liquidações financeiras da CCEB tendo sido concedida liminar à CEB Geração S.A. suspendendo os efeitos da citada Resolução. Reconhecido o direito das autoras de não serem incluídas no rateio dos custos resultantes do despacho adicional de usina termoeletrica, cuja publicação ocorreu no dia 12/05/2017, a União interps recurso de apelação para o TRF, tendo sido intimada a CEB apresentou contrarrazões em 07/03/2018. Os assessores jurídicos da Companhia entendem que é possível a perda deste assunto. Apresentada nos termos da NBC TG 25 (R2).

17.2 – Processo AP Nº 2017.08.1.004578-5 MPDFT X CEB Geração S.A. e outros – a Segunda Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural – 2ª PRODEMA/MPDFT Trata-se da denúncia em face de CAESB, ADASA e CEB Geração, pela suposta prática de crime ambiental imputado às Pessoas Jurídicas supramencionadas, onde segundo inquérito de apuração teriam concorrido decisivamente para massiva mortandade de peixes em zona ambiental de Área de Proteção Ambiental do rio São Bartolomeu, a jusante do barramento do lago Paranoá. Os Consultores Jurídicos da Companhia entendem que é possível a perda deste assunto, por conservadorismo a administração decidiu por fazer a provisão contábil da causa no valor de (R\$ 1.200 mil).

17.3 – Processo: 1019448-63.2017.4.01.3400 9ª VARA JFDF - Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE - Ação Ordinária – Ação de proteção contra liminares de terceiros sobre valores de GSF, resguardar as autoras dos ônus financeiros decorrentes das decisões judiciais que limitam o fator GSF em favor de terceiros.

Em 29/01/2019, foi proferida decisão mediante a qual foi postergado a análise do pedido de prova pericial de engenharia civil para momento posterior à realização da prova pericial contábil. No mesmo ato, foi deferido o pedido de sigilo de justiça. Os assessores jurídicos da Companhia entendem que é possível a perda deste assunto. Apresentada nos termos da NBC TG 25 (R2).

18 – ENCARGOS SETORIAIS

	31/12/2019	31/12/2018
Recursos Hídricos	103	138
P & D	1.150	1.170
Taxa de Fiscalização ANEEL	8	11
TOTAL	1.261	1.319

Referem-se aos valores devidos Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CMPFRH, valores retidos e não utilizados nos programas de P&D, que são remunerados pela taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, até a sua efetiva aplicação nos projetos, bem como a Taxa de Fiscalização ANEEL fixada através de despacho.

19 – PROVISÃO PARA USO DO BEM PÚBLICO

	31/12/2019	31/12/2018
Provisão UBP – (Curto Prazo)	149	384
Provisão UBP – (Longo Prazo)	0	149

Refere-se à constituição de provisão do UBP no curto e no longo prazo, em conformidade com o Contrato de concessão nº 001/2016 e Resolução Autorizativa/ANEEL nº 6.120 de 16/11/2016, que será amortizado até o final da concessão.

20 – PARTES RELACIONADAS

	PERÍODO DA TRANSAÇÃO	PASSIVO	DESPESA
Custo de Uso da Rede Elétrica – CUSD (A)	31/12/2019	60	(698)
Pessoal Requisitado – CEB Distribuição (A)	31/12/2019	55	(844)
TOTAL		115	(1.542)

(A) Valores devidos à CEB Distribuição S/A, decorrentes do uso da rede elétrica e de pessoal requisitado.

21 – TRIBUTOS DIFERIDOS

O Valor de R\$ 146 mil no exercício de 2019, refere-se à apropriação de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os rendimentos financeiros do período menos os rendimentos financeiros resgatados das aplicações de renda fixa, a serem tributados conforme sua efetiva realização, prevista na IN 1.700/2017.

22 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

O Capital Social subscrito da Companhia está dividido em 7.575.212 Ações Ordinárias Nominativas, sem valor nominal, todas de propriedade da CEB.

Reserva Legal

A Constituição da Reserva Legal atingiu o limite de 20% do capital social, segundo o art.193 da Lei 6.404/76.

Lucro Líquido do Exercício	9.295
Dividendos Adicionais Propostos	6.971
Dividendos Propostos	2.324

Reserva de Investimento

A Assembleia Geral Ordinária aprovou em abril de 2019 a criação de uma Reserva de Investimento no valor de (R\$ 8.713 mil) para atendimento as demandas advindas do Governo e órgãos reguladores nas atividades de prevenção e segurança da Barragem do Paranoá, conforme previsto na Lei nº 12.334/2010 e no Plano de Manutenção e Operação da PCH Paranoá.

23 – RESULTADO DO EXERCÍCIO

23.1 – Receita Operacional Líquida

	31/12/2019	31/12/2018
Receita bruta de vendas de energia	26.118	19.596
Contrato de Venda de Energia CCEAL/CCEAR	17.667	17.901
Energia de Curto Prazo	4.694	1.695
Energia Vendida - Leilão	3.757	-
(-) Contribuições sociais sobre faturamento	(953)	(715)
(-) Encargos Setoriais	(568)	(575)
TOTAL	24.597	18.306

23.1.1 Contratos de Venda de Energia CCEAL/CCEAR

Demonstra a comercialização de energia elétrica no período, calculada a partir dos contratos firmados tanto no Ambiente Livre – CCEAL, como no Ambiente Regulado - CCEAR. Estes contratos são reajustados anualmente, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

23.1.2. Energia Elétrica de Curto Prazo

A Companhia liquida parte de sua energia gerada no Mercado de Curto Prazo - MCP, ou mercado SPOT. O MCP é valorado ao Preço da Liquidação das Diferenças - PLD. Participa ainda do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE que visa mitigar os riscos de geração inerentes ao setor, onde o mecanismo cede energia à geradora participante, em momentos de queda na geração própria, assim como recebe energia da geradora em momentos de geração excedente.

23.1.3. Energia Vendida - Leilão

No exercício de 2019 a CEB Geração S/A realizou dois leilões de venda de energia no Ambiente de Contratação Livre – ACL. Essa operação representou uma oportunidade alternativa de antecipação de receita considerando o cenário de baixíssima liquidez da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, com possibilidade de ágio sobre o Preço das Liquidações das Diferenças.

23.1.4. Impostos e contribuições sobre a receita

A Companhia optou pelo regime de tributação pelo Lucro Presumido e, por força da legislação vigente, recolheu as contribuições para o PIS e a COFINS com base no regime da Cumulatividade.

23.1.5. Encargos Setoriais

	31/12/2019	31/12/2018
CMPFRH	476	448
Taxa de Fiscalização	92	127
TOTAL	568	575

Referem-se à compensação financeira pela utilização do manancial de recursos hídricos da região e encargo cobrado pela ANEEL de todos os concessionários, permissionários e autorizados do serviço de energia elétrica, bem como a Taxa de Fiscalização ANEEL fixada através de despacho e que se constitui uma das receitas daquela Agência, conforme dispõe o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSSE.

23.2. Custo com Energia Elétrica

	31/12/2019	31/12/2018
Custo de Energia Comprada	5.497	5.609
Energia Comprada CCEE	5.532	2.900
Amortização da Repactuação	845	845
Energia Comprada - Leilão	919	1.864
Prêmio do Risco Hidrológico	201	0
Custo de Uso da Rede Elétrica	698	648
Contribuições de Agente	11	9
TOTAL	6.206	6.266

23.2.1. Custo de Energia Comprada

A apuração do mercado de curto prazo pode ser definida como a contabilização das diferenças entre os montantes de energia elétrica contratadas pelos agentes e os montantes de geração e de consumo efetivamente verificados e atribuídos aos respectivos agentes. As principais variáveis que impactam no resultado da Liquidação Financeira do MCP são o PLD e o Ajuste do MRE ou GSF.

23.2.2. Custo de Uso da Rede Elétrica

Por ser assegurado à CEB Geração o acesso de suas instalações ao Sistema de Distribuição na condição de produtora independente de geração de energia elétrica (Contrato de Concessão nº 001/2016), de acordo com o art. 15, § 6º da Lei nº 9.074/95, a Companhia firmou contrato com a CEB Distribuição S.A. para o uso da sua rede elétrica.

23.3. Despesas Operacionais

	31/12/2019	31/12/2018
Material	44	43
Serviços de Terceiros	4.350	3.424
Provisão para Litígios	1.200	-
Tributos	30	50
Depreciação	335	293
Amortização	451	415
Seguro	13	13
Pessoal	1.183	1.195
Administradores	1.077	559
(-) Recuperação de Despesas	(176)	(90)
Gastos Diversos	32	441
TOTAL	8.519	6.343

23.3.1. Serviços de Terceiros

Os contratos de manutenção e operação das instalações da usina (R\$ 1.911 mil), Vigilância (R\$ 425 mil) e os demais valores pulverizados.

23.3.2. Pessoal

Representam os custos com Aviso de Débito - AVD e funções gratificadas de pessoal requisitado da CEB Distribuição.

23.3.3. Administradores

Representam os custos com honorários e encargos da Diretoria e Conselho Fiscal.

	31/12/2019	31/12/2018
Remuneração Diretores	611	297
Gratificação Diretoria	59	25
INSS	134	65
FGTS	54	26
Remuneração Conselho Fiscal	146	106
Contribuição Previdenciária - FACEB	73	40
TOTAL	1.077	559

23.4. Receitas/Despesas Financeiras

	31/12/2019	31/12/2018
Receitas	2.133	1.446
Despesas	(718)	(255)
TOTAL	1.415	1.191

As receitas auferidas pela Companhia são decorrentes das aplicações realizadas. As despesas financeiras por sua vez, são decorrentes da atualização monetária de impostos, despesas bancárias e tributos incidentes sobre operações.

23.5. Provisões sobre o Resultado do Exercício

Em 2006, a Companhia optou pelo regime de tributação do Lucro Presumido. Os Valores apurados estão demonstrados nos quadros abaixo:

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receitas de Suprimento	26.118	26.118	19.596	19.596
Outras Receitas	1.126	1.126	76.082	76.082
Rendimentos Financeiros Tributados	776	776	1.446	1.446
Alíquota	8%	12%	8%	12%
Base de Cálculo	3.991	5.036	79.096	2.352
Alíquota Aplicável	599	453	11.864	7.189
Adicional 10%	375		7.886	
TOTAL CORRENTE	974	453	19.750	7.189
Descrição	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Rendimentos Financeiros a resgatar				
Base de Cálculo	428	428	-	-
Alíquota Aplicável	25%	9%	-	-
TOTAL DIFERIDO	107	38	-	-

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em atendimento à Deliberação da Comissão de Valores Mobiliários - CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 38, 39, 40, e à Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2019, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e Equivalentes de caixa – são classificados como destinados à negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.
- Concessionários e Permissionários – decorrem diretamente das operações da Companhia. São classificados como recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Energia de Curto Prazo – A Companhia liquida parte de sua energia gerada no Mercado de Curto Prazo - MCP, valorado ao Preço da Liquidação das Diferenças – PLD são classificados como recebíveis.

25. DIVULGAÇÕES ADICIONAIS

Conciliação do Lucro do período com o Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:

Resultado do exercício/período	31/12/2019	31/12/2018
Ajustes para conciliar o resultado com o valor das disponibilidades geradas (aplicadas)	9.295	56.009
Depreciação e amortização	381	342
Outros (Ajustes)/ Baixas Inventário	(32.566)	451
Varições nos ativos e passivos		
(Aumento) Redução Contas a Receber	47.531	(48.911)
(Aumento) Redução Outros ativos circulantes	76	845
Aumento (Redução) em Fornecedores e outras contas	957	110
Aumento (Redução) Tributos	(26.083)	26.255
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais	(409)	35.101

26. QUESTÕES AMBIENTAIS

A Companhia pautou sua conduta pela preservação do meio ambiente em respeito à legislação ambiental, cujas ações voltadas para a sustentabilidade são diversas e cada vez mais arraigadas ao negócio da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2019, dentre as ações voltadas à preservação do meio-ambiente destacam-se:

- Continuidade do programa de visitas monitoradas às instalações da PCH - Paranoá. A CEB Geração recebe visitantes durante todo o ano. Os principais públicos são as escolas públicas e privadas, juntamente com as Universidades,

Continua

CEB GERAÇÃO S.A.

Continuação

além de órgãos públicos como a ANEEL e ANA.

• Manutenção da política de manter a cota do Lago do Paranoá conforme Resolução da ADASA, em níveis que permitam o uso múltiplo do reservatório, contribuindo com o paisagismo, a umidade da cidade e regulando as cheias a jusante da barragem.

• Ações de divulgação dos aspectos ambientais e da operação das usinas, durante as frequentes entrevistas para órgãos da imprensa escrita e televisada.

• Cumprimento das condicionantes constantes da Licença de Operação Nº011/2015.

Brasília, 31 de dezembro de 2019.

Luiz Eduardo Sá Roziz
Diretor-Geral

Priscila Paris Mendonça
Diretora

Renata Rosa Ribeiro
Controladora - CRC DF nº 021789/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
CEB GERAÇÃO S.A.

Brasília – DF

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da CEB Geração S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CEB Geração S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à CEB Geração S.A., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases**Das Concessões**

Conforme nota explicativa nº 03, o empreendimento – Paranoá, foi enquadrado como Pequena Central Hidrelétrica, conforme Contrato de Concessão nº 001/2016 - Aneel, a CEB Geração pode atuar como Produtora Independente de Energia. Quanto à Usina Termelétrica Brasília, o término contratual da concessão deu-se em 07 de julho de 2015. A portaria nº 211, de 30 de maio de 2018, do Ministério de Minas e Energia, declarou extinta a concessão pelo advento do termo contratual e dispensou a reversão dos bens vinculados à concessão, com a livre disponibilização destes para CEB Geração S.A. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esses assuntos.

Partes Relacionadas

De acordo com o divulgado na nota explicativa nº 20, a Companhia possui transações com partes relacionadas, decorrentes do uso de rede elétrica e de pessoal requisitado do mesmo conglomerado econômico-financeiro. O resultado de suas operações está de acordo com as condições normais e valoração de mercado.

Outros assuntos**Auditoria do período anterior**

As demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentados para fins de comparabilidade, foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório em 01 de fevereiro de 2019, com opinião sem modificação com ênfases sobre essas demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executada em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do

valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

• Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

• avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Brasília, 7 de fevereiro de 2020.

Hélio do Vale Ribeiro

Contador

CRC – 1 SP 162.349/O T-DF

AUDIGER AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC - DF 507



PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da CEB Geração S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, conheceu o Relatório Anual da Administração, examinou as Demonstrações Financeiras, além das informações complementares objeto das Demonstrações do Resultado, das mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, levantados em 31 de dezembro de 2019, elaborados de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Todas as peças foram apresentadas de forma comparativa àquelas encerradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2018. O Colegiado tomou conhecimento do relatório da Audiger Auditores Independentes S.S., emitido sem ressalvas em 07.02.2020.

Com base nos documentos apresentados e no relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras, o Conselho Fiscal concluiu, por unanimidade, que as peças estão em ordem e adequadas, em seus aspectos relevantes, sendo de opinião que se encontram em condições de serem submetidas à deliberação final da Assembleia Geral Ordinária da CEB Geração S.A.

O Conselho Fiscal verificou não existirem, nos registros contábeis da Companhia apresentados ao Colegiado, irregularidades apuradas no exame realizado, encontrando-se normal a situação dos dirigentes responsáveis perante os cofres da Empresa, até a presente data.

Registra-se, ainda, parecer favorável deste Conselho sobre a proposta de Destinação do Resultado do Exercício de 2019, nos termos propostos pela Resolução de Diretoria nº 006, de 13.03.2020.

Brasília, 20 de março de 2020.

NEY FERRAZ JÚNIOR

FRANCISCO JOSÉ DE CAMPOS
AMARAL

LUIZ CLÁUDIO DE
FREITAS